

Programa de Pós-Graduação em Direito PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE 2023-1 PROFESSOR(ES) PAULO ROBERTO COIMBRA SILVA CÓDIGO DA DISCIPLINA DIP DIR869 **TEMA** FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL DA SEGURIDADE SOCIAL Sopesamento e conciliação entre solidariedade intergeracional e sustentabilidade **AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?** (x)Sim()Não AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA? (x)Sim()Não **DIA DA SEMANA** HORÁRIO CARGA HORÁRIA **CRÉDITOS VAGAS TIPO DA DISCIPLINA** Sexta 8:00 - 11:20**REGULAR** A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA? (x) Não () Sim Qual:

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
(x)Sim()Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	
ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR	UFMG	
VALTER DE SOUZA LOBATO	UFMG	
WERTHER BOTELHO SPAGNOL	UFMG	
MISABEL ABREU MACHADO DERZI	UFMG	
ALEXANDRE FREITAS COSTA	PUC-MINAS	

EMENTA

O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL DA SEGURIDADE SOCIAL Sopesamento entre solidariedade intergeracional e sustentabilidade. Em busca de uma conciliação.

A disciplina tem por objeto o estudo sistemático do custeio da seguridade social no Brasil de forma crítica e com caráter propositivo, buscando contribuir para o aprimoramento de suas fontes de financiamento.

Percebe-se que a tributação sobre folha exerce tensão contrária à geração de empregos e, por isso, trata-se de uma base tributável digna de reflexão.

Pretende-se fomentar estudos, pesquisas e debates sobre o financiamento sustentável e responsável da seguridade social brasileira, de forma solidária, propondo mudanças necessárias para conciliação entre a solidariedade intergeracional e a perenidade das forças produtivas financiadoras.

Os estudos e reflexões certamente perpassarão por

- Atuais fontes de financiamento da seguridade social do Brasil;
- Princípio da solidariedade no custeio da seguridade social;



Programa de Pós-Graduação em Direito

- Solidariedade intergeracional;
- Sustentabilidade;
- Responsabilidade e governança, social, fiscal e orçamentária;
- Proporcionalidade e razoabilidade;
- Espécies de tributo no Brasil e as contribuições previdenciárias patronal (CPP) e dos segurados (CPS);
- RAT, ADRAT e FAP;
- Regime jurídico e limitações constitucionais pertinentes às contribuições especiais;
- Compreensão e delineamento da competência para a instituição e cobrança das contribuições previdenciárias: sistematização de seus contornos e requisitos;
- Caráter contributivo-retributivo;
- Caráter eidético da finalidade das contribuições sociais e suas consequências jurídicas;
- DRU: Fraude à constituição?
- Extrafiscalidade;
- Bases alternativas para as contribuições previdenciárias (v.g., CPRB, Funrural e congêneres);
- Jurisprudência constitucional a respeito do tema: estudo dos principais leading cases e precedentes vinculantes;
- Capitalismo consciente e capitalismo humanista: uma evolução necessária.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE SILVA, Ana Cristina Monteiro. Princípio Constitucional da Solidariedade. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XX, n. 68, p. 37-46, jan./abr. 2016.

APOSTOLI, Adriana. La svalutazione del principio di solidarietà. Crisi di um valore fondamentale per la democrazia. Milano: Giuffrè, 2012.

BARRETO, Paulo Ayres. Contribuições: Regime jurídico, destinação e controle. 3. ed. São Paulo: Noeses, 2019.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; SILVA, Paulo Roberto Coimbra. **Contribuição previdenciária sobre descontos na folha de salários: uma interpretação à luz da "eficácia irradiante" dos direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2021.

CASTELLANI, Fernando F. Contribuições especiais e sua destinação. São Paulo: Editora Noeses, 2009.

CARDOSO, Alenilton da Silva. **Princípio da solidariedade:** o paradigma ético do direito contemporâneo. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2010.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Contribuições no Direito brasileiro** - seus problemas e soluções. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

COSTA, Regina Helena. O princípio da solidariedade social no sistema tributário nacional. **NOMOS**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v. 39, n. 1, p.21-32, jan./jun. 2019.

COSTA, Victor Ribeiro. A aplicação do princípio da solidariedade pelo Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1988 e 2021: entre o direito à proteção previdenciária e o dever de contribuir. 2022. 263 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

CUNHA, Lásaro Cândido da Cunha. **Da regulamentação estatal da assistência social à constitucionalização e crise da previdência social**. 2004. 264 f. Tese (doutorado) - Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.



Programa de Pós-Graduação em Direito

DERZI, Misabel Abreu Machado. Contribuição para o FINSOCIAL. Cadernos de Direito Tributário - **Revista de Direito Tributário**, nº 55, ano 15, Jan-Mar. 1991.

FARIAS, José Fernando de Castro. A Origem do Direito de solidariedade. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

GIUFFRÈ, Felice. La solidarietà nell'ordinamento costituzionale. Milano: Giuffrè, 2002.

GOÑI, Álvaro Russomano. O princípio constitucional da solidariedade como fundamento do direito social à assistência social, da doutrina da daseinsvorsorge e do mínimo existencial. Possibilidades e limites em época de pandemia sanitária. **Revista de Direitos Sociais**, Seguridade e Previdência Social. Encontro Virtual, v. 6, n. 2, p. 01–20, Jul/Dez. 2020.

GELB, Michael J.; SISODIA, Raj. **Empresas que curam:** despertando a Consciência nos Negócios para Ajudar a Salvar o Mundo. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

GRECO, Marco Aurélio. Contribuições (uma figura "sui generis"). São Paulo: Dialética, 2000.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito Previdenciário. 10. ed. São Paulo: Quartier Latien, 2014.

LOBATO, Valter de Souza. **O regime jurídico-constitucional das contribuições destinadas ao custeio da seguridade social: a importância basilar e estruturante da finalidade e os demais limites ao poder de tributar**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Direito, 2014. 365 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.

MELO, José Eduardo Soares de. Contribuições sociais no sistema tributário. 7. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2018.

MORAES, Maria Celina Bodin. O Princípio da Solidariedade. *In*: PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly (Orgs.). **Os princípios da Constituição de 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

NOVAES, Wladimir Martinez. Curso de Direito Previdenciário. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014.

NOVAES, Wladimir Martinez. Direito. Princípios de Direito Previdenciário. 3. ed. São Paulo: LTr, 1993.

PAULSEN, Leandro; CARDOSO, Alessandro Mendes. **Contribuições previdenciárias sobre a remuneração**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

PAULSEN, Lendro; VELLOSO, Andrei Pitten. Contribuições no sistema tributário brasileiro. 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2019.

PENSKE, Max. The Ends of Solidarity: Discourse in Ethics and Politics. Albany State University of New York Press, 2008.

SPAGNOL, Werther Botelho. As contribuições sociais no Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TAVARES, Marcelo Leonardo; SOUSA, Ricardo José Leite. O princípio da solidariedade aplicado à previdência social. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 42, p. 277 - 293, fev. 2016.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

ANDRADE SILVA, Ana Cristina Monteiro. Princípio Constitucional da Solidariedade. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XX, n. 68, p. 37-46, jan./abr. 2016. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r35660.pdf.



Programa de Pós-Graduação em Direito

Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v. 39, n. 1, p.21-32, jan./jun. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51049/1/2019_art_rhcosta.pdf.

COSTA, Victor Ribeiro. A aplicação do princípio da solidariedade pelo Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1988 e

COSTA, Regina Helena. O princípio da solidariedade social no sistema tributário nacional. NOMOS, Revista do Programa de

COSTA, Victor Ribeiro. A aplicação do princípio da solidariedade pelo Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1988 e 2021: entre o direito à proteção previdenciária e o dever de contribuir. 2022. 263 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15171/2/VICTOR_RIBEIRO_COSTA.pdf.

GOÑI, Álvaro Russomano. O princípio constitucional da solidariedade como fundamento do direito social à assistência social, da doutrina da daseinsvorsorge e do mínimo existencial. Possibilidades e limites em época de pandemia sanitária. **Revista de Direitos Sociais**, Seguridade e Previdência Social. Encontro Virtual, v. 6, n. 2, p. 01–20, Jul/Dez. 2020. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistadssps/article/view/6938/pdf.

LOBATO, Valter de Souza. **O regime jurídico-constitucional das contribuições destinadas ao custeio da seguridade social: a importância basilar e estruturante da finalidade e os demais limites ao poder de tributar**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Direito, 2014. 365 f. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/42748.

TAVARES, Marcelo Leonardo; SOUSA, Ricardo José Leite. O princípio da solidariedade aplicado à previdência social. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 42, p. 277 - 293, fev. 2016. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1495/1023.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS